

**A APROPRIAÇÃO DA LEITURA E DA ESCRITA: IMPRENSA E
LITERATURA NEGRA EM SÃO PAULO NA PRIMEIRA REPÚBLICA E O
ENSINO DE HISTÓRIA**

Francilene de Souza Tavares
Universidade Federal de São Paulo
francilenetavares82@gmail.com

Resumo:

Ao abordar a imprensa e a literatura negra em São Paulo na Primeira República, buscamos evidenciar homens e mulheres que experienciaram alegrias, medos e incertezas a partir da mudança de sua condição jurídica em virtude da passagem da escravidão à emancipação.

Estes se mobilizaram para superar as desigualdades, a discriminação e a exclusão a qual estavam sujeitos, na tentativa de assegurarem seus direitos. Neste contexto a apropriação da leitura e da escrita por parte desses indivíduos foi extremamente importante e necessária para trazer a questão racial ao debate público. Ao denunciar o racismo do qual foram vítimas, apontavam possibilidades, que perpassavam, sobretudo a Educação, para superá-lo.

A leitura e a análise dos jornais A Liberdade (1919) e Clarim da Alvorada (1924), evidencia que os esforços engendrados pela população negra em prol da conquista de seus direitos e a busca por sua cidadania é decorrente de suas próprias ações e que a busca por uma sociedade mais igualitária e mais justa no Brasil necessariamente traz o debate racial à baila.

Palavras-chave: ProfHistória, Imprensa Negra, Literatura Negra.

Durante quatro séculos, o Brasil foi o principal destino de inúmeros homens e mulheres africanos sequestrados em África. Arraigada a sociedade brasileira, a escravidão, tornou-se sua marca indelével:

Base do modo de vida, bom negócio em si e esteio de todos os rentáveis. Pilar da hierarquia social e do estilo de vida dominante, estava na corrente sanguínea nacional. Alicerçava o sistema político, pois eleitos e eleitorado eram majoritariamente proprietários de escravos. A escravidão estruturou um modo de vida, definiu identidades, possibilidades e destinos dos membros da sociedade imperial. Daí sua legitimidade tácita, socialmente natural. A nação toda era escravista, o que retardou a conversão do tema em problema da agenda pública (ALONSO, 2015, p. 29).

Negócio altamente rentável, o comércio atlântico proibido em 1831 só entraria em declínio, devido a pressões inglesas, a partir dos anos 1850, quando houve um decréscimo da população cativa:

Segundo censo de 1872, o único de cobertura nacional, realizado durante o período monárquico, havia no país quase 5,8 milhões de descendentes de africanos (cerca de 60% da população total), dos quais 1,5 milhão permaneciam na escravidão e 4, 2 milhões eram negros livres ou libertos. Em outras palavras, quase duas décadas antes da abolição da escravidão, três em cada quatro negros residentes no país viviam em liberdade (CHALHOUB, 2018, p.20).

O tráfico interno foi responsável pela sobrevivência da escravidão e promoveu definitivamente a mudança do eixo econômico do Nordeste para o Sudeste do Brasil atrelado a produção de café. "A população escrava em São Paulo era relativamente pequena e cresceu de 21 mil, em 1823, para 169 mil, em 1872. Enquanto isso, a população escrava do Rio de Janeiro passou de 150 mil para 300 mil e a de Minas Gerais, de 215 mil para 330 mil" (COSTA, p.38). Atrelados a essa mão de obra escrava havia ainda os trabalhadores livres, que vivendo nas cidades, desempenhavam inúmeras funções. Para Emília Viotti da Costa é dentre estes que os abolicionistas encontrarão

maior apoio. Apontando fases para o movimento (primeira de 1850-1871, segunda, marcada pela Lei do Ventre Livre e terceira ligada à Lei dos Sexagenários) a autora sinaliza a ação destes sujeitos, porém destaca os processos políticos como fator preponderante para o fim do cativo, uma vez que "a maioria dos escravos parece ter se acomodado bem ou mal a escravidão. Se não fosse assim, a escravidão provavelmente teria sido destruída como instituição muito antes do que foi" (COSTA, p.38).

Para Ângela Alonso, o movimento abolicionista deve ser compreendido a partir de conceitos da sociologia política, na perspectiva de movimento social. Para a autora,

um movimento social só existe em relação ao Estado ao qual se dirige. De um lado, não se pode tratar dos abolicionistas sem se atentar para os atores de contrapeso: os escravistas. O movimento se constituiu em luta contra a reação que suscitou, o contramovimento que lhe fez face, antagonista praticamente inexplorado na literatura, mas imprescindível para entender as decisões do protagonista (ALONSO, 2015, p. 119).

Neste sentido, o movimento abolicionista é pensado a partir de uma perspectiva relacional, onde as discussões políticas e a ação dos escravizados são tensionadas constantemente. Por meio de ações institucionais, manifestações públicas em espaços fechados, manifestações públicas em espaços abertos, ações de difusão, ações simbólicas, ações diretas e ações de confrontação (ALONSO, 2015, p. 121). Estes buscam convencer a sociedade quanto à causa por eles defendida a fim de deslegitimar o escravismo. Dessa forma, às vésperas da abolição, o movimento abolicionista possuía um caráter popular, o que explica o clima festivo daqueles que saíram às ruas no dia 13 de maio para comemorar o fim do cativo.

Assim, a análise do processo político da abolição nos permite compreender que a aprovação da lei 3.353 de 13 de maio de 1888 (Lei Áurea) foi precedida de amplos debates.

(...) Este era um assunto econômico, pois afinal dele dependia a autonomia ou não dos negros em suas atividades produtivas, assim como a disponibilidade ou não da força de trabalho dos ex-escravos para os senhores que se tornaram seus patrões. Este era um assunto político, pois afinal o governo podia agora interferir decisivamente na organização das relações de trabalho. Insinua-se aqui também a questão social: afinal eram agora necessárias políticas públicas no sentido de viabilizar ao negro liberto a obtenção de condições de moradia, alimentação e instrução, todos assuntos percebidos anteriormente como parte das atribuições dos senhores. Este era um assunto que envolvia tudo isso, se bem que isso ainda não era tudo, e se bem que vários itens dessa agenda não tenham jamais entrado realmente na pauta (CHALHOUB, 1990, p. 28).

Ao fim daquele, o projeto aprovado, redigido em apenas dois pequenos e breves artigos, garantiu a demanda central dos abolicionistas, a abolição sem indenização, fato que provocou um mal estar entre parte da elite brasileira e o Império.

A Proclamação da República, em 1889, não mudaria esse quadro uma vez que aos escravizados não foi garantido nenhum direito, não havia perspectivas de inclusão do negro à sociedade brasileira, a essa altura já bastante marcada pelas teorias raciais em voga na Europa. Assim, dimensionar a opressão a que homens e mulheres libertos estiveram sujeitos na assunção de sua negritude é de extrema relevância, uma vez que:

Havia uma barreira enorme, pois ao longo de todo o século XX os sinais que aproximavam os negros libertos da africanidade, da cultura negra, eram os sinais que aproximavam também da escravidão. A ideologia racial brasileira não é uma invenção de meia dúzia de intelectuais maquiavélicos que se trancou numa sala e maquinou a ideologia de branqueamento. Ela é uma ideologia que tem também a ver com o modo como os negros lidaram com a opressão racista no final do século XIX. O custo de se postular como negro e ostentar a cultura negra era muito alto, pois para ser livre era preciso parecer

livre, o que significava não ostentar as suas características culturais com negro (CURY, FLORES, BEHAR, 2009, p. 200-2001).

Diante dessa conjuntura, homens e mulheres negros, recém-libertos, precisaram se mobilizar para superar as desigualdades, a discriminação e exclusão a qual estavam sujeitos, bem como lutar por direitos. Nesse sentido, a apropriação da leitura e da escrita foi extremamente importante e necessária para trazer a questão racial ao debate público.

É nesse contexto que se desenvolveu a imprensa negra: jornais publicados e direcionados aos "homens de cor", numa alusão ao termo utilizado à época. *A Pátria* (1899), *O combate* (1912), *O baluarte* (1903), *A Rua* (1916), *O Xauter* (1916), *O Menelik* (1915), *A liberdade* (1919), *O bandeirante* (1918), *A sentinella* (1920), *O alfaiate* (1921), *O Kosmos* (1922), *O Clarim da Alvorada* (1924), *Elite* (1924), *Auriverde* (1928), *O progresso* (1928), são exemplos de jornais produzidos na Primeira República em São Paulo.

Voltados a um público específico,

esses jornais enfocavam as mais diversas mazelas que afetavam a população negra no âmbito do trabalho, da habitação, da educação e da saúde, tornando-se uma tribuna privilegiada para se pensar em soluções concretas para o problema do racismo na sociedade brasileira. Além disso, as páginas desses periódicos constituíram veículos de denúncia do regime de “segregação racial” (...) impedindo o negro de ingressar ou frequentar determinados hotéis, clubes, cinemas, teatros, restaurantes, orfanatos, estabelecimentos comerciais e religiosos, além de algumas escolas, ruas e praças públicas (DOMINGUES, 2007, p. 105).

Analisaremos de forma mais detida dois periódicos, a saber: *A Liberdade* - órgão dedicado à classe de cor, crítico, literário e noticioso (1919) e *Clarim da Alvorada - Orgam Literário, Científico e Político* (1924). Através de uma perspectiva comparada buscaremos compreender a lógica de comercialização e circulação dessas publicações a

fim de recuperar o perfil daqueles que escreveram, bem como dos que leram essas produções. Por meio da caracterização desses jornais, com ênfase na produção literária, buscamos evidenciar que os esforços engendrados pela população negra em prol da conquista de seus direitos e a busca por sua cidadania é decorrente de suas próprias ações e não de homens brancos cidadãos como se convencionou a pensar.

Utilizaremos como fontes primárias 12 exemplares do jornal *A Liberdade - órgão dedicado à classe de cor, crítico, literário e noticioso* publicados entre 14 de julho de 1919 a 31 de outubro de 1930 e 20 exemplares do jornal *Clarim da Alvorada - Órgão Literário, Científico e Político* publicados entre 06 de novembro de 1924 a 17 de julho 1927, em São Paulo, disponíveis para consulta pública através da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, do Centro de Documentação e Memória da UNESP (CEDEM) e no portal USP Imprensa Negra Paulista.

No trato dos periódicos será necessário, a princípio, identificá-los através da anotação de título, subtítulo, data-limite de publicação, periodicidade e classificação; em seguida serão realizadas considerações sobre o projeto gráfico e editorial (movimentação e movimento político), como ocorriam a produção, circulação e distribuição e quem eram os grupos produtores, como eram distribuídos e como e onde eram produzidos.

Em diálogo com as fontes secundárias, na análise dos anos que precedem a abolição, será importante destacar que homens e mulheres que viveram a passagem da escravidão à emancipação trouxeram à baila o racismo a que estavam sujeitos e que um dos recursos utilizados para denunciá-lo eram os jornais voltados à população negra. Neste sentido, torna-se extremamente importante compreender o contexto de produção, circulação e difusão das ideias existentes nesses periódicos. Sendo o objeto de nossa pesquisa, portador de uma historicidade e de peculiaridades distintas de outras produções realizadas no mesmo período (dado ao público a qual se direciona), nos importa compreender como estes atuavam:

No fomento á adesão ou ao dissenso mobilizado para a ação;

Na articulação, divulgação e disseminação de projetos, ideias, valores, comportamentos, etc;

Na produção de referências homogêneas e cristalizadas para a memória social;

Pela repetição e naturalização do inusitado no cotidiano, produzindo o esquecimento;

No alinhamento da experiência vivida globalmente num mesmo tempo histórico na sua atividade de produção de informação de atualidade;

Na formação de nossa visão imediata de realidade e de mundo;

Na formação do consumidor, funcionando como vitrine do mundo das mercadorias e produção de marcas (CRUZ, PEIXOTO, 2007, p. 261).

Como nos interessa a produção literária existente nesses jornais, sobretudo as crônicas, destacamos as considerações de Chalhoub:

Esse gênero tem uma história ininterrupta no Brasil desde ao menos a década de 1830 até agora. É um gênero que sumiu em outras culturas. (...) Trata-se de um gênero interessante para o historiador, porque ele permite essa pesquisa de interlocução em torno dos assuntos de uma maneira extraordinária. Ao mesmo tempo, há uma série de questões sobre o fazer literário desses textos, que normalmente os próprios críticos literários não tematizam porque os subestimam (CURY, FLORES, BEHAR, 2009, p. 197).

Ao promovermos a interlocução entre História e Literatura é necessário destacar que os textos literários serão analisados na perspectiva de documento histórico, sujeitos, portanto, aos procedimentos da pesquisa da História, assim como outros vestígios do passado. Se o passado é um dado que não se modifica, existem possibilidades de interpretá-los sobre diferentes perspectivas, sendo estas determinadas pela forma como as fontes históricas são questionadas:

Em nossa inevitável subordinação em relação ao passado, ficamos [portanto] pelo menos livres no sentido de que, condenados sempre a conhecê-lo exclusivamente por meio de [seus] vestígios, conseguimos todavia saber sobre ele muito mais do que ele julgara sensato nos dar a conhecer. [É, pensando bem, uma grande revanche da inteligência sobre o dado.] Mas, a partir do momento em que não nos resignamos mais a registrar [pura e]

simplesmente as palavras de nossas testemunhas, a partir do momento em que tencionamos fazê-las falar [mesmo a contragosto], mais do que nunca impõe-se um questionário. Esta é, com efeito, a primeira necessidade de qualquer pesquisa histórica bem conduzida (BLOCH, 2001. p.).

Através de uma perspectiva materialista de análise, buscaremos historicizar os textos literários considerando que,

(...) não podemos separar a literatura e a arte de outros tipos de prática social de modo a torná-las sujeitas a leis muito especiais e distintas. Elas podem ter características bastante específicas como práticas, mas não podem ser separadas do processo social geral (...) Se estivermos buscando as relações entre literatura e sociedade, não poderemos nem separar essa prática de um corpo formado por outras práticas, nem, ao identificarmos uma prática particular, deveremos entendê-la como possuindo uma relação uniforme, estática e a-histórica com algumas formações sociais abstratas (WILLIANS, 2011, P. 61-62).

Seguindo essa linha é importante considerar que a imprensa, como um meio de comunicação está

(...) diretamente subordinada ao desenvolvimento histórico. Isso porque, primeiramente, os meios de comunicação tem uma produção histórica específica, que é sempre mais ou menos diretamente relacionada às fases históricas gerais da capacidade de produção e técnica. E também é assim, em segundo lugar, porque os meios de comunicação, historicamente em transformação, possuem relações históricas variáveis com o complexo geral das forças produtivas com as relações sociais gerais, que são por eles produzidas e que as forças produtivas gerais tanto produzem quanto reproduzem (WILLIANS, 2011, P. 69-70).

A presente comunicação aponta considerações iniciais da pesquisa, em nível de Mestrado, desenvolvida no ProfHistória, Programa de Mestrado Profissional da Universidade Federal de São Paulo.

Voltado à formação dos professores da Educação Básica apresenta algumas especificidades em relação ao Mestrado Acadêmico. A dissertação que escrevo deve apresentar um referencial crítico-analítico onde a apropriação dos estudos e debates recentes sobre as temáticas trabalhadas e a criticidade em termos do conhecimento e práticas acumuladas na área devem ser evidenciadas. Além disso, há uma parte propositiva onde possibilidades de produção e atuação na área do Ensino de História que contribuam para o avanço dos debates e a melhoria das práticas do profissional de História dentro e/ou fora da sala de aula devem ser destacadas. O objetivo é produzir materiais destinados ao uso educativo, considerando também as possibilidades de difusão científica da História.

A delimitação do tema decorre de minha experiência como professora de História no Ensino Fundamental II e Médio na rede estadual de ensino desde 2011. Ao longo desses anos, observei inúmeros casos de preconceito, discriminação e racismo (GOMES, 2005, P. 39-62) em sala de aula. Deboches e xingamentos (motivados pela cor da pele, cabelos e nariz), apelidos e ridicularizações (assemelhando as crianças a animais), agressões físicas, rotulações e desprezo são constantes nas relações estabelecidas entre os educando. Quando me deparei com esses periódicos me pareceu relevante analisar documentos escritos pela e para a população negra num período em que se convencionou pensar que escravizados ou recém-libertos estivessem apartados da leitura e da escrita. A leitura de fragmentos dos periódicos evidenciou homens e mulheres negros que protagonizaram a luta por seus direitos desde a Colônia até a República. Aquela experiência me fez refletir sobre a minha prática docente e como esta poderia ser qualificada diante das possibilidades do uso daquela documentação em sala de aula, ocorreu-me que esta se constituiria como uma possibilidade de compreender a população negra para além do estereótipo do escravo.

Concebida sob a linha de pesquisa *Linguagens e narrativas históricas: produção e difusão*, voltada aos estudos da linguagem considerando diferentes suportes e a narrativa histórica buscamos evidenciar homens e mulheres que experienciaram alegrias, medos e

incertezas a partir da mudança de sua condição jurídica em virtude da passagem da escravidão à emancipação.

Buscando compreender como negros recém-libertos lutaram por uma sociedade onde a cidadania fosse a estes asseguradas partimos do pressuposto de que, através da imprensa e da literatura, estes sujeitos buscaram denunciar o racismo a qual estavam sujeitos, apontando inclusive possibilidades, que perpassavam a Educação, para superá-lo.

Embora apartados, por força da lei ou de regras, do sistema educacional formal, homens e mulheres negras não estavam alijados do universo da leitura e da escrita na Primeira República. Isso se torna evidente quando a imprensa negra é tomada como objeto de estudo.

Através do desenvolvimento dessa pesquisa buscamos:

- ✓ Evidenciar os meios através dos quais a população negra, alijada dos processos de educação formal, acessaram a leitura e a escrita na Primeira República.
- ✓ Problematizar através de análise de textos jornalísticos como as discussões sobre a questão racial foi trazidas ao debate público pela população negra.
- ✓ Analisar os jornais *A Liberdade - órgão dedicado à classe de cor, crítico, literário e noticioso (1919)* e *Clarim da Alvorada - Orgam Literário, Científico e Político (1924)*, considerando seu papel na luta por direitos.
- ✓ Historicizar a imprensa negra num campo de disputa, apontando suas especificidades.
- ✓ Analisar produção literária publicada nos jornais da imprensa negra.
- ✓ Examinar as especificidades do trabalho do historiador e do professor de história na análise de fontes literárias.
- ✓ Dimensionar a opressão a que homens e mulheres libertos estiveram sujeitos na assunção de sua negritude.
- ✓ Analisar textos literários publicados na imprensa negra e apontar possibilidades de uso no Ensino de História (produto final da pesquisa), produzindo um repertório de textos a partir das fontes a serem pesquisadas.

Bibliografia:

I. Fontes primárias:

- ✓ *A Liberdade* - órgão dedicado à classe de cor, crítico, literário e noticioso (14 de julho de 1919 a 31 de outubro de 1930);
- ✓ *Clarim da Alvorada* - Orgam Literário, Científico e Político (06 de novembro de 1924 a 17 de julho 1927).

II. Fontes secundárias:

Alonso, Ângela. **Flores, votos e balas: o movimento abolicionista brasileiro (1868-88)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

_____. **O Abolicionismo como movimento social**. Novos Estudos CEBRAP, nº 100, novembro de 2014, p. 115-137.

BLOCH, Marc. Apologia da História ou o ofício de historiador. **Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001**.

BOTELHO, Denílson. **Um encontro inusitado: História e Literatura nas páginas do Jornal do Commercio do Rio de Janeiro na Primeira República**. Revista Hydra, vol. 2, nº 03, junho de 2017.

CHALHOUB, Sidney. **Visões de liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

_____. **Trabalho, lar e botequim O cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro na Belle Époque**. Campinas/ São Paulo: Editora da Unicamp, 2012.

_____. **A História Contada. Capítulos de História Social da Literatura no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

COSTA, Emília Vioti da. **A abolição**. São Paulo: Ed. UNESP, 2010.

CRUZ, Heloisa Faria, PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. **Na oficina do historiador: conversas sobre a História e a Imprensa**. In: Projeto História e Imprensa. São Paulo, nº35, p. 255-272, dez, 2007.

DOMINGUES, Petrônio. **Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos**. Tempo [online]. 2007, vol.12, n.23, p.100-122.

MATTOS, Ilmar Rohloff. **Mas não somente assim! "Leitores, autores, aulas como texto e o ensino-aprendizagem de História"**. Tempo. Rio de Janeiro, Vol. 11. nº 21, Jun. 2006, p. 5-16.

PINTO, Ana Flávia Magalhães Pinto. **Imprensa negra no Brasil do século XIX**. São Paulo: Selo Negro, 2010.

_____. **Escritos de liberdade Literatos negros, racismo e cidadania no Brasil Oitocentista**. São Paulo, Campinas: Editora da UNICAMP, 2018.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Lima Barreto triste visionário**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

_____. GOMES, Flávio (org). **Dicionário da escravidão e da liberdade**. São Paulo, Companhia das Letras, 2018.

SILVA, Hédio Júnior. **Discriminação racial nas escolas: entre a lei e as práticas sociais**. Brasília: UNESCO, 2002.

SILVA, Vagner Gonçalves. **Candomblé e Umbanda caminhos da devoção brasileira**. São Paulo: Selo Negro, 2005.

WILLIAMS, Raymond. "Base e superestrutura na teoria da cultura marxista". In: **Cultura e Materialismo**. Tradução de André Glaser. São Paulo: Editora UNESP, 2011.